

Palestrante discute a promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

>> **Kelli Krause**
Redação DS

Com objetivo de discutir os direitos da criança e do adolescente em Tangará da Serra, aconteceu ontem, 29 de junho, a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual trouxe como tema ‘Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos’.

O evento foi organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em parceria com a Secretaria de Assistência Social e trouxe três palestras e uma delas abordou o tema ‘Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente’, ministrada pelo advogado Mairlon

de Queirós Rosa. Para o advogado, o objetivo da palestra foi demonstrar a importância da sociedade em geral e do poder público na mobilização para efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Outro fator abordado tange ao aperfeiçoamento dos profissionais da área. “Cabe ao poder público criar programas permanentes de aperfeiçoamento técnico profissional para as pessoas que têm contatos direto com esse público, em especial educadores e profissionais da assistência social, bem como buscar a criação de políticas articuladas com os

seguintes atores: Conselhos Tutelares, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Executivo, Poder Legislativo, Polícia Militar e Civil, Organizações Não-Governamentais, Conselhos de Direitos e Setoriais e sociedade em geral”, disse Mairlon, ao destacar que, atualmente, a desigualdade social, é um dos fatores que prejudicam a efetivação garantida dos direitos da criança e do adolescente. “É por isso que se faz necessário uma mobilização maior da sociedade civil e maior participação e investimento do Estado nas políticas públicas de atenção básica (saúde, educação e assistência social) e da ampliação sistema de proteção às crianças e adolescentes”, concluiu.



O evento foi organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

REGIME SEMIABERTO

Dois políticos mato-grossenses usam tornozeleiras eletrônicas

>> **G1**

Completando quase um ano em que o governo de Mato Grosso passou a adotar o uso de tornozeleiras eletrônicas nos reeducandos que cumprem pena no regime semiaberto, apenas dois ex-parlamentares estão entre os réus que possuem o equipamento instalado.

Atualmente o sistema de monitoramento é feito em 1.635 detentos, sendo que 900 deles cumprem pena em Cuiabá e Várzea Grande, região metropolitana, segundo levantamento obtido pelo G1 pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh).

Outras 17 unidades prisionais no interior do estado também possuem presos do regime semiaberto que receberam a tornozeleira eletrônica por determinação da Justiça. Entre os réus estão os ex-deputado estadual José Geraldo Riva (PSD), acusado de desviar R\$ 62 milhões da Assembleia Legislativa, e o ex-deputado federal Pedro Henry (PP-MT), condenado no processo do Mensalão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Riva, que acumula



Um dos políticos do Estado que está usando a tornozeleira é o conhecido Riva

mais de 100 processos por improbidade administrativa, é acusado de liderar um esquema de corrupção na Assembleia Legislativa (ALMT) e desviar mais de R\$ 62 milhões dos cofres públicos. Ele ficou 124 dias preso preventivamente no Centro de Custódia de Cuiabá e a tornozeleira foi colocada, como medida alternativa à prisão, por determinação da juíza Selma Rosane Arruda, que atua na 7ª Vara Criminal da capital, na qual tramita a ação em que ele é acusado de peculato e for-

mação de quadrilha.

Dessa forma, a juíza estabeleceu que de segunda a sexta ele deverá ficar em casa. Já à noite e, aos sábados, domingos e feriados não poderá deixar a residência, localizada no bairro Santa Rosa, na capital. Se descumprir qualquer uma das determinações, Riva voltará a ser preso.

O ex-deputado federal Pedro Henry recebeu o equipamento no tornozeleiro, no dia 15 de setembro do último ano, e passou a cumprir o restante da condenação em casa.

Henry foi condenado

a 7 anos e 2 meses de prisão, no regime semiaberto, pelo STF e chegou a ficar por quase 10 meses preso no Centro de Custódia de Cuiabá.

Ele recebeu o sistema de monitoramento pelo juiz da Vara de Execuções Penais da capital, Geraldo Fidélis Fernandes Neto. O magistrado resalta que em Mato Grosso não há estabelecimento para semiaberto, então todos os sentenciados são autorizados a cumprir o regime em prisão domiciliar utilizando a tornozeleira.

PARCERIA

Sinfra anuncia a Wagner estudo para restauração na MT-246



Deputado Wagner Ramos

>> **Fernando Leal**
Assessoria

Após período de dificuldades para o tráfego de veículos em trecho da MT-246 – entre os municípios de Jangada e Tangará da Serra, no médio norte, um grupo de trabalho iniciou serviços de reparos e manutenção. Importante via de escoamento, ela faz a principal ligação entre Tangará, Denise, Nova Olímpia e Barra do Bugres, todos produtores de grãos e cana de açúcar.

Usuário frequente da MT-246, o deputado Wagner Ramos (PR) foi informado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística que já existe estudo em andamento para restauração daquele e de outros trechos da estrada. Também, que ainda não há programação estabelecida por conta do detalhamento técnico e da alocação de recursos para a obra.

“Todos os dias recebo reclamações e pedidos de

moradores da região sobre a situação precária em que se encontram alguns pontos da MT-246. Agora, estão sendo feitos tapaburacos, mas o governo já garantiu a restauração”, observou Wagner. Histórico recente da rodovia preocupa o governo.

Na terceira semana de fevereiro último, por exemplo, rompimento do asfalto deixou à mostra uma cratera com mais de 10 metros de diâmetro que se abriu na rodovia MT-246. O local fica a 14 quilômetros de Barra do Bugres e 150 quilômetros de Cuiabá. A erosão ocorreu por conta de uma chuva intensa e, na ocasião, o trecho ficou intransitável e o tráfego interditado.

Na ocasião, ao tomar conhecimento da situação, o secretário da Sinfra, Marcelo Duarte, determinou que fosse acionada a construtora Guaxe, detentora do contrato de recuperação da rodovia. A empresa vinha tapando os buracos na estrada.